

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.609.255 - RS (2019/0321587-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : AURELIO GONCALVES  
**ADVOGADOS** : DENISE RIBEIRO DENICOL - RS058519  
ANDRÉ AVELINO RIBEIRO NETO - RS006815  
CARLA LUCIANA DOS SANTOS - RS048290  
ANDRE DIAS RIBEIRO - RS071544  
**AGRAVADO** : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL  
PETROS  
**ADVOGADO** : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RS056888A  
**AGRAVADO** : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A  
**ADVOGADOS** : FÁBIO KORENBLUM - RS092135A  
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RS056888A  
**AGRAVADO** : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS  
**ADVOGADO** : FABIANO CASTILHOS DE MATTOS - RS060168

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADE FECHADA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA PATROCINADORA E REPASSE AOS INATIVOS DE VERBA CONCEDIDA AOS EMPREGADOS DA ATIVA. DECISÃO AGRAVADA QUE INADMITIU O APELO NOBRE APONTANDO A CONFORMAÇÃO DO ARESTO RECLAMADO COM TESES FIRMADAS EM RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA. RESP N. 1.370.191/RJ (TEMA 936/STJ) E 1.425.326/RS (TEMA 736/STJ). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO. NÃO CABIMENTO NESSE PONTO (CPC/2015, ART. 1.042). PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. DEMAIS ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO DO AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO COM A SOLUÇÃO JURÍDICA ADOTADA PELA CORTE LOCAL. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE PARA, NESSA EXTENSÃO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo manejado por AURELIO GONCALVES contra decisão da Terceira Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou seguimento ao recurso especial aos seguintes

fundamentos (e-STJ fls. 1.548/1.571): *(i)* relativamente aos dispositivos do CDC indicados pela parte recorrente, aplicam-se os termos da Súmula 563/STJ; *(ii)* acerca dos artigos 371, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, não há se falar nas omissões indicadas; *(iii)* no que tange às questões relativas ao ônus da prova (artigo 373 do Código de Processo Civil/2015), estas são matérias cuja análise demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência esta inviável na sede recursal manejada em face do óbice da Súmula 07/STJ; *(iv)* no que se refere à controvérsia em torno da legitimidade passiva da Petrobrás, o aresto reclamado está em conformidade com a orientação traçada no Recurso Especial n. 1.370.191/RJ, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, vinculado ao Tema n.º 936/STJ, o que atrai a incidência do verbete sumular n.º 83/STJ; *(v)* no mérito, o Colegiado local entendeu ser indevido o repasse das vantagens pleiteadas (PCAC e RMNR) por considerar inviável a extensão, aos inativos, dos realinhamentos de salários concedidos aos funcionários em atividade, o que encontra sintonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmada no Recurso Especial paradigma n.º 1.425.326/RS, Tema 736/STJ, incidindo, pois, o óbice da Súmula n.º 83/STJ, ademais, a pretensão recursal esbarra nos óbices das Súmulas 05 e 07/STJ; e *(vi)* por fim, o dissídio jurisprudencial esbarra nos impeditivos das Súmulas 05, 07 e 83/STJ.

Em suas razões, o agravante alega a não aplicação dos óbices apontados pela decisão que inadmitiu o recurso especial.

Sustenta, ainda, que a tese firmada no Recurso Especial 1.370.191/RJ (Tema 936/STJ) não se aplica ao presente caso.

Aduz que o Recurso Especial n.º 1.425.326/RS (Tema 736/STJ) trata de matéria diversa da discutida nos presentes autos.

Contraminuta de PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS às e-STJ fls. 1.849/1.870.

Contraminuta de PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A às e-STJ fls. 1.872/1.884.

Contraminuta de FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS às e-STJ fls. 1.891/1.902.

É o relatório.

Passo a decidir.

De início, observo que foi negado seguimento ao recurso especial na parte em que este debatia a legitimidade passiva da patrocinadora e a possibilidade de extensão dos reajustes postulados aos inativos (PCAC e RMNR), pois o aresto reclamado andou em conformidade com precedentes paradigmas firmados em recursos especiais repetitivos, respectivamente, o Recurso Especial n. 1.370.191/RJ (Tema n.º 936/STJ) e Recurso Especial n.º 1.425.326/RS (Tema 736/STJ).

Oportuno dizer que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que inadmitir recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo. Eis a redação do art. 1.042 do CPC/2015:

*"Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos."* (grifei).

De outro lado, passou a existir a previsão expressa de que o único recurso cabível ao caso é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de Origem, conforme norma contida no § 2.º do art. 1.030 do CPC/2015:

*"Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: I – negar seguimento:*

*a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em*

*conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral; b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;*

*[...]*

*III – sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional;*

*[...]*

***§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021." (grifei)***

Nesse contexto, diante da nova ordem processual vigente, esta Corte Superior entende como erro grosseiro a interposição de agravo em recurso especial contra a decisão que inadmitiu o recurso especial com base na conformidade do aresto reclamado com tese firmada em recurso especial representativo da controvérsia. Nesse sentido:

***"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.***

***1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso***

*especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.*

*2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorga de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno. [...]*

*4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015" (AREsp 959.991/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 26/08/2016, grifei).*

Com isso, o agravo mostra-se incabível na parte em que o especial não foi admitido na origem porque o acórdão recorrido estava em conformidade com precedentes do STJ firmados em recursos especiais repetitivos, descabendo, portanto, nova discussão relativamente à legitimidade passiva da patrocinadora (Tema n.º 936/STJ) e à possibilidade de abono único salarial previsto em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho para os empregados da ativa integrar a complementação de aposentadoria dos inativos paga por instituição de previdência privada (Tema n.º 736/STJ).

No que tange aos demais aspectos da admissibilidade recursal exercida pela Corte *a quo*, vejo que o agravante impugnou especificamente os óbices apontados.

Então, o presente agravo segue conhecido apenas no ponto em que não admitido o recurso especial em relação às demais questões trazidas no apelo nobre.

Nesse passo, observo que o referido recurso especial foi manejado com base no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

**"APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PETROS. AVANÇOS SALARIAIS. PCAC-2007 E RMNR. APLICABILIDADE DO CDC. DESCABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO AOS INATIVOS. ART. 32, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 108/2001. STJ - RESP N.º 1.425.326/RS.**

***Ilegitimidade passiva ad causam da Petrobrás e Petrobrás distribuidora.*** Descabe o pedido visto tratar-se de ação que visa exclusivamente a complementação de aposentadoria o que afasta qualquer possibilidade de relação ou solidariedade com a ex patrocinadora, vez que não há mais relação trabalhista, tampouco qualquer vínculo com os autores, sendo a ex-empregadora parte ilegítima a figurar no feito.

***Mérito.*** *Orientação traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.425.326 -RS, afetado à Segunda Seção do STJ, com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei dos Recursos Repetitivos), no qual dispõe que 'é vedado o repasse de abono e vantagens de qualquer natureza para os benefícios em manutenção, sobretudo a partir da vigência da lei Complementar n. 108/2001, independente das disposições estatutárias e regulamentares.'* Juízo de improcedência dos pedidos.

***DESACOLHERAM AS PRELIMINARES E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.***" (e-STJ fl. 1.306).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 1.350).

Nas razões do recurso especial, o recorrente pleiteou, inicialmente, a suspensão do processo em razão do Tema 936/STJ, relativo a recurso especial afetado ao rito dos repetitivos.

Aduziu malferimento dos artigos 265, 275 e 942 do Código Civil/2002; 7.º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor; 2.º, § 2.º, da Consolidação das Leis Trabalhistas; 34, § 2.º, da Lei n.º 6.435/77; e 13, § 1.º, da Lei Complementar n.º 109/2001 ao fundamento da legitimidade passiva da Petrobrás.

Indicou dissídio jurisprudencial quanto ao ponto.

Disse haver contrariedade dos artigos 371, 489, II e § 1.º, IV, e 1.022, II,

do Código de Processo Civil/2015, ao sustento de nulidade do acórdão recorrido haja vista a ausência de manifestação:

*"a) Sobre a norma do artigo 4.º, § 1.º, do Regulamento do Petros que prevê a filiação obrigatório dos novos empregados da patrocinadora ao plano de previdência, bem como do artigo 34, § 2.º, da Lei 6435/77, que previa o responsabilidade solidária entre a patrocinadora e a entidade de previdência, bem como sobre o violação dos artigos 265, 275 e 942 do CC, 2.º, § 2.º, da CLT e 7.º parágrafo único, do CDC;*

*b) Sobre o mérito propriamente dito, no que diz respeito a diferença entre as teses jurídicas analisadas na presente demanda e aquelas indicados no Recurso Especial n.º 1.425.326/RS e no Recurso Especial n.º 1.207.071/RJ, e o necessário prequestionamento das normas indicadas sobre o matéria." (e-STJ fl. 1.372).*

No mérito, asseverou afronta aos artigos 3.º da Lei Complementar n.º 108/2001; 1.º, 2.º, 3.º, 10, 17, parágrafo único, 18 e 68, § 1.º, da Lei Complementar n.º 109/2001; 9.º, 444 e 468 da Consolidação das Leis Trabalhistas; 4.º, III, 6.º, V, 39, XIII, 47 e 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor; 6.º, § 2.º, da LINDB; 112, 113, 122, 187, 421, 422, 423 e 884 do Código Civil/2002; e 11, 141, 371, 373, 389, 489, § 1.º, 932, IV, "b", e 1.022 Código de Processo Civil/2015, defendendo que PCAC e a RMNR são verdadeiros reajustes salariais que devem ser estendidos aos inativos.

Indica dissídio jurisprudencial quanto ao ponto.

Por derradeiro, requereu a redistribuição do ônus sucumbencial em caso de provimento do recurso.

Não houve contrarrazões de PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A (cf. e-STJ fl. 1.471).

Contrarrazões de FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS às e-STJ fls. 1.516/1.524.

Como visto, as controvérsias em torno da legitimidade passiva da patrocinadora e da extensão dos reajustes postulados aos inativos (PCAC e RMNR) foram abarcadas na decisão ora agravada, não tendo sido, no ponto, conhecido o presente agravo, por ser incabível.

Desse modo, passo à análise do recurso especial relativamente às demais matérias da parte conhecida do agravo.

De saída, o pedido de suspensão do recurso não merece guarida, pois, consoante já apontado na decisão agravada, o Tema 936/STJ já foi devidamente julgado por este Superior Tribunal de Justiça, tendo a tese sido aplicada no caso concreto ora em análise.

Do que remanesce, o recorrente disse haver contrariedade dos artigos 371, 489, II e § 1.º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, ao sustento de nulidade do acórdão recorrido haja vista a ausência de manifestação:

*"a) Sobre a norma do artigo 4.º, § 1.º, do Regulamento do Petros que prevê a filiação obrigatório dos novos empregados da patrocinadora ao plano de previdência, bem como do artigo 34, § 2.º, da Lei 6435/77, que previa o responsabilidade solidária entre a patrocinadora e a entidade de previdência, bem como sobre o violação dos artigos 265, 275 e 942 do CC, 2.º, § 2.º, da CLT e 7.º parágrafo único, do CDC;*

*b) Sobre o mérito propriamente dito, no que diz respeito a diferença entre as teses jurídicas analisadas na presente demanda e aquelas indicados no Recurso Especial n.º 1.425.326/RS e no Recurso Especial n.º 1.207.071/RJ, e o necessário prequestionamento das normas indicadas sobre o matéria." (e-STJ fl. 1.372).*

Contudo, não há se falar na omissão relativa à responsabilidade solidária e legitimidade passiva da patrocinadora.

Com efeito, o Colegiado estadual afastou a legitimidade passiva das patrocinadoras por entender inexistente qualquer tipo de relação jurídica destas com a Fundação previdenciária. Vejamos:

*"O objeto veiculado na presente ação diz respeito exclusivamente postulação de pedido de reajustes ao benefício do autor, de acordo com os fatos narrados e fundamentos contidos na inicial, o que afasta qualquer possibilidade de solidariedade da Fundação ré com a ex- empregadora, uma vez que não há mais relação trabalhista, tampouco qualquer vínculo com o autor." (e-STJ fl. 1.312).*

O Tribunal recorrido enfrentou e decidiu, de modo integral e com



fundamentação suficiente, a controvérsias posta.

Inclusive, como se sabe, referido entendimento está em consonância com a tese firmada no Recurso Especial paradigma n. 1.370.191/RJ (Tema n.º 936/STJ).

Também não há se falar em omissão no tocante ao segundo ponto apresentado, qual seja, a diferença entre as teses jurídicas analisadas na presente demanda e aquelas indicados no Recurso Especial n.º 1.425.326/RS e no Recurso Especial n.º 1.207.071/RJ. Com efeito, a parte sequer indicou a referida omissão nas razões dos embargos de declaração opostos na origem, consoante se extrai de sua leitura. Além disso, o próprio Colegiado local dá conta da ausência de indicação de omissões na patição dos aclaratórios, uma vez que, em verdade, "a matéria ventilada pela parte tem conteúdo infringente" (e-STJ fl. 1.352).

Assim, carece a parte de interesse recursal, no ponto.

Nessa ordem de ideias, não se pode confundir julgamento desfavorável aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

No ponto, o inconformismo recursal revela-se como mera pretensão de re julgamento da causa tão-somente porque a solução jurídica adotada na origem foi desfavorável ao interesse da parte.

Destarte, não há se falar em violação dos artigos 371, 489 e 1.022 do CPC/2015.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o valor fixado pelo juízo de piso (e-STJ fl. 1.226), a majoração dos honorários devidos pela

parte ora recorrente em R\$ 500,00 (quinhentos reais) aos patronos de cada uma das partes recorridas é medida adequada ao caso, observada a eventual anterior concessão da gratuidade judiciária.

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I e II, "a", do Regimento Interno do STJ, conheço em parte do agravo para, nessa extensão, não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**